

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

**No momento, o informativo está adaptado em atenção à legislação eleitoral e ao Manual de Orientação - Eleições 2022 da Procuradoria Geral do Estado - PGE/PA, com a exclusão das seções Fique de Olho e NEL Indica.*

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária;

João Carlos Salgado Craveiro - Estagiário.

.....

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Rebeca Reitz e Kelly Isabel Pereira Pereira

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 80ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a LEI FEDERAL nº 14.374, de 21 de junho de 2022, a qual dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp). Nesse viés, também é importante ressaltar a **LEI COMPLEMENTAR nº 194, de 23 de junho de 2022**, que altera o Código Tributário Nacional, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

Já na esfera estadual, é relevante mencionar a LEI ORDINÁRIA nº 9.637, de 27 de junho de 2022, que dispõe sobre a obrigação de academias, estabelecimentos prestadores de atividade física e afins adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco ou venha a sofrer assédio e/ou importunação sexual em suas dependências. Como também, a LEI ORDINÁRIA nº 9.646, DE 29 DE JUNHO DE 2022 que altera a Lei Estadual nº 9.593, de 13 de maio de 2022, que instituiu o Código de Proteção aos Animais do Estado do Pará.

Destaca-se ainda, no âmbito estadual, a PORTARIA nº 1.422, DE 01 DE JULHO DE 2022, que torna pública a composição da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática - FPMAC, e a PORTARIA nº 1.423, DE 1 DE JULHO DE 2022 que torna pública a nomeação dos membros da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática – FPMAC.

Ademais, na seara municipal, o destaque legislativo é para o DECRETO nº 104.537, DE 20 DE JUNHO DE 2022, responsável por instituir o Programa de Regularização Incentivada (PRI).

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora

NORMAS FEDERAIS



LEI FEDERAL nº 14.389, DE 30 DE JUNHO DE 2022. Institui o Dia Nacional da Natação.

LEI FEDERAL nº 14.382, de 27 de junho de 2022. Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.

LEI FEDERAL nº 14.374, de 21 de junho de 2022. Altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para definir condições para a apuração do valor a recolher da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pelas centrais petroquímicas e indústrias químicas, e a Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

LEI COMPLEMENTAR nº 194, de 23 de junho de 2022. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.

DECRETO FEDERAL Nº 11.120, DE 5 DE JULHO DE 2022. Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO FEDERAL Nº 11.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Institui a Política Mineral Brasileira e o Conselho Nacional de Política Mineral.

DECRETO FEDERAL Nº 11.113, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Altera o Decreto nº 10.260, de 3 de março de 2020, que institui o Programa Abrace o Marajó e o seu Comitê Gestor.

DECRETO FEDERAL Nº 11.111, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Altera o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", e o Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia.

DECRETO FEDERAL nº 11.099, de 21 de junho de 2022. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.

DECRETO FEDERAL nº 11.096, de 15 de junho de 2022. Institui a Política Nacional para Assuntos Antárticos.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MJSP Nº 3, DE 1º DE JULHO DE 2022. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.021, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Ajusta normas gerais do crédito rural e de financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2022.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.023, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Ajusta normas aplicáveis às operações contratadas com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais.

RESOLUÇÃO MFDH Nº 2, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Dispõe sobre a atuação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD nas questões relativas à proteção dos direitos afetados por discriminação.

RESOLUÇÃO ME/CMN nº 5.018, de 23 de junho de 2022. Fixa a meta para a inflação e seus respectivos intervalos de tolerância, bem como o índice de preços a que se aplicam, para o ano de 2025.

RESOLUÇÃO MJSP/SENAD/CONAD nº 7, DE 21 DE JUNHO DE 2022. Dispõe sobre a revogação de atos normativos do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MMFDH/CNDCA nº 227, de 19 de maio de 2022. Dispõe sobre a convocação da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLUÇÃO MD/CM/SCIRM nº 5, de 17 de maio de 2022. Reconhecer a importância do IASC para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e, dessa forma, a necessidade de se fortalecer a vinculação entre o Brasil e aquele Comitê; indicar a importância da participação brasileira, por intermédio da adesão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) ao IASC; reconhecer a necessidade decorrente da associação formal de implementar e dar continuidade ao pagamento da contribuição financeira anual ao IASC, conforme previsto em suas regras de procedimento, a fim de que o MCTI possa efetivamente participar das discussões sobre os principais assuntos de interesse científico do Ártico no âmbito daquele Comitê; e inserir o tema ártico, sempre que apropriado, nas distintas instâncias nacionais de discussão científica sobre a Antártica, inclusive em documentos, diretrizes e políticas públicas decorrentes, fortalecendo assim a conexão entre as duas regiões e fomentando as atividades científicas polares do País.

RESOLUÇÃO MD/CM/SCIRM nº 6, de 17 de maio de 2022. Aprova a recriação do GT "Ártico", incluindo a ABIN em sua composição e mantendo inalterada a finalidade para a qual foi originalmente criado.

RESOLUÇÃO MD/CM/SCIRM nº 4, de 17 de maio de 2022. Ratifica a adesão do Brasil ao Tratado de Svalbard e Submeter a proposta de adesão à Presidência da República, por intermédio dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

12ª CONFERÊNCIA NACIONAL

Direitos da criança e do
adolescente

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MD/CM/SCIRM nº 1, de 17 de maio de 2022. Aprova a recriação do GT "PIB do Mar", a partir de 1º de setembro de 2022, mantendo inalteradas sua composição e a finalidade para a qual foi originalmente criado.

RESOLUÇÃO MD/CM/SCIRM nº 2, de 17 de maio de 2022. Aprova a criação do Grupo Técnico (GT) "Prevenção e Combate à Pesca INN", no âmbito da Subcomissão para o Plano Setorial para os Recursos do Mar e designar os órgãos para compor o GT "Prevenção e Combate à Pesca INN", com autonomia para convocar consultores ad hoc.

RESOLUÇÃO MD/CM/SCIRM nº 3, de 17 de maio de 2022. Recomenda a adesão do Brasil ao anexo VI ao Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente e Submeter a proposta de adesão à Presidência da República, por intermédio dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO MMA/CONAREDD+ nº 6, de 4 de abril de 2022. Cria o Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas de REDD+.

RESOLUÇÃO MMA/CONAREDD+ nº 7, de 4 de abril de 2022. Cria o Grupo de Trabalho Técnico sobre Mensuração, Relato e Verificação de resultados de REDD+.

RESOLUÇÃO MDR/CNRH nº 232, de 22 de março de 2022. Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 e dá outras providências.



NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/ICMBIO nº 11, de 22 de junho de 2022. Estabelece diretrizes para a elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e complementares para as unidades de conservação federais. Processo Administrativo 02070.025422/2021-22.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/SPA nº 1, de 21 de junho de 2022. Estabelece o método para classificação do solo em função da sua Água Disponível (AD) no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC).

PORTARIA MDR Nº 2.043, DE 1º DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional.

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.102, DE 01 DE JULHO DE 2022. Altera o Anexo da Portaria nº 401, de 28 de setembro de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Plano de Ação das medidas e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira da espécie *Calophrys macropterus*.

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.100, DE 30 DE JUNHO DE 2022. Altera a Portaria SAP/MAPA nº 270, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que estabelece, em caráter excepcional e transitório, as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o cadastramento e recadastramento nacional de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, categoria de Pescador e Pescadora Profissional.

PORTARIA MDR Nº 2.119, DE 30 DE JUNHO DE 2022. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Curuá - PA, para execução de ações de Defesa Civil.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MDR Nº 2.120, DE 30 DE JUNHO DE 2022. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mojuí dos Campos - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MDR Nº 2.127, DE 30 DE JUNHO DE 2022. Regulamenta os requisitos e os procedimentos para aprovação e acompanhamento de projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura para o setor de irrigação, para efeito do disposto no Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 2º da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011.

PORTARIA ICMBio Nº 543, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Autorizar a concessão de desconto sobre o valor do ingresso de acesso ao Parque Nacional da Tijuca por um período determinado.

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.099, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Altera a Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

PORTARIA SAF/MAPA nº 174, DE 28 DE JUNHO DE 2022. Altera o Art. 81-A da Portaria SAF/MAPA nº 242, de 8 de novembro de 2021, que estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 674, DE 28 DE JUNHO DE 2022. Regulamenta o Prêmio de Acessibilidade no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Casa Civil da Presidência da República.

PORTARIA MMFDH nº 1.235, DE 28 DE JUNHO DE 2022. Institui, no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes - PLANEVCA, a metodologia de implantação e desenvolvimento dos Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, define critérios de adesão por parte de Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

PORTARIA MAPA Nº 1.319, DE 28 DE JUNHO DE 2022. Cria, no Município de Anapú-PA, o Projeto de Assentamento Irmã Dorothy Stang.

PORTARIAMMA/ICMBio Nº 534, DE 27 DE JUNHO DE 2022. Aprova a retificação do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tamanduá-bandeira, Tatu-canastra e Tatu-bola - PAN Tamanduá e Tatus, contemplando três táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão.(Processo SEI nº 02062.000053/2018-69)

PORTARIA MMA/GM nº 165, de 24 de junho de 2022. Institui o Comitê de Segurança da Informação no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

PORTARIA MDR/GM nº 2.046, de 23 de junho de 2022. Altera o Anexo da Portaria n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021, que estabelece calendário de recepção, seleção e contratação de propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.

PORTARIA MINFRA/GM nº 28, de 22 de junho de 2022. Institui o Comitê de Territórios e de Sustentabilidade - CTS, no âmbito do Ministério da Infraestrutura.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MCTI/CETEM nº 68, de 22 de junho de 2022. Instituir o Plano de Dados Abertos - PDA, que terá vigência de dois anos, contados da data de publicação desta Portaria, como o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 493, de 21 de junho de 2022. Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Felinos - PAN Pequenos Felinos, contemplando seis táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. Processo SEI nº 02068.000061/2019-36.

PORTARIA MAPA/SDA nº 602, de 21 de junho de 2022. Altera o Anexo I da Portaria SDA nº 483, de 20 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

PORTARIA MCTI/GM nº 6.022, de 21 de junho de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Programa InovaNióbio - MCTI.

PORTARIA MAPA/SDA nº 607, de 21 de junho de 2022. Estabelece os calendários de semeadura de soja referente à safra 2022/2023.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 506, de 20 de junho de 2022. Institui o Painel Dinâmico de Informações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. (Processo nº 02070.002552/2018-91).

PORTARIA MME/GM nº 655, de 20 de junho de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, a "Proposta Conceitual das Diretrizes para Valoração dos Custos e Benefícios da Microgeração e da Minigeração Distribuída".



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MJSP/FUNAI nº 533, de 22 de junho de 2022. Estabelece os procedimentos para constituição de Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias, com objetivo de deliberar sobre o caráter das ocupações edificadas por não índios na Terra Indígena Cachoeira Seca.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 486, de 15 de junho de 2022. Estabelece a Agenda Estratégica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - 2022 e aprova a revisão do Manual da Metodologia de Gerenciamento de Iniciativas Estratégicas - MGIE-ICMBio (Processo nº. 02070.004147/2020-22).

PORTARIA MAPA/SDA nº 599, de 15 de junho de 2022. Altera a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 16, de 26 de agosto de 2015 - requisitos fitossanitários para sementes de diversas culturas dos Estados Unidos da América.

PORTARIA GSI/PR nº 108, de 14 de junho de 2022. Autoriza e institui o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

PORTARIA MAPA/GM nº 449, de 15 de junho de 2022. Altera o Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 475, de 15 de junho de 2022. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Lábrea, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo SEI nº 02121.001118/2020-66).



NORMAS ESTADUAIS



LEI ESTADUAL Nº 9.650, DE 1º DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre a divulgação de campanha de doação de sangue nas salas de cinemas, no âmbito do Estado da Pará.

LEI ESTADUAL Nº 9.651, DE 1º DE JULHO DE 2022. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, a “Abertura da pesca do Mapará”, que ocorre, anualmente, no Município de Cametá.

LEI ESTADUAL Nº 9.652, DE 1º DE JULHO DE 2022. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a obra musical do artista Sebastião Tapajós.

LEI ESTADUAL Nº 9.653, DE 1º DE JULHO DE 2022. Institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Produção Familiar (PEAAPF).

LEI ESTADUAL Nº 9.654, DE 1º DE JULHO DE 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Amazônica Agroindustrial (AMAZONCOOP), do Município de Castanhal.

LEI ESTADUAL nº 9.645, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Institui a Semana de Mobilização e Enfrentamento à perseguição stalking contra mulheres no Estado do Pará.

LEI ESTADUAL nº 9.646, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Altera a Lei Estadual nº 9.593, de 13 de maio de 2022, que instituiu o Código de Proteção aos Animais do Estado do Pará.



Abertura de Pesca do Mapará

NORMAS ESTADUAIS



LEI ESTADUAL nº 9.647, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará (CEPCT/PA), cria o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará (MEPCT/PA) e altera dispositivos da Lei Estadual nº 7.029, de 30 de julho de 2007, que dispõe sobre a reestruturação orgânico-funcional da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).

LEI ESTADUAL nº 9.637, de 27 de junho de 2022. Dispõe sobre a obrigação de academias, estabelecimentos prestadores de atividade física e afins adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco ou venha a sofrer assédio e/ou importunação sexual em suas dependências.

LEI ESTADUAL nº 9.636, de 22 de junho de 2022. Adiciona à Lei Estadual nº 9.278/21, a obrigatoriedade da comunicação aos órgãos competentes, nos casos de maus-tratos a animais em condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres.

DECRETO ESTADUAL nº 2.476, DE 4 DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre redução das alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com gasolina, álcool carburante e energia elétrica e nas prestações de serviço de comunicação.

DECRETO ESTADUAL nº 2.477, DE 4 DE JULHO DE 2022. Dispõe sobre o Valor Adicionado e Índices de Valor Adicionado referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO ESTADUAL nº 2.461, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Acrescenta dispositivo ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO ESTADUAL nº 2.463, DE 29 DE JUNHO DE 2022. Altera o Decreto Estadual nº 847, de 8 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei Estadual nº 6.572, de 8 de agosto de 2003, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no Estado do Pará.

DECRETO ESTADUAL nº 2.455, de 27 de junho de 2022. Regulamenta a operacionalização e a divulgação da Carta de Serviços ao Usuário, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

PORTARIA SEMAS nº 1.422, DE 01 DE JULHO DE 2022. Torna pública a composição da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática - FPMAC.

PORTARIA SEMAS nº 1.423, DE 1 DE JULHO DE 2022. Torna pública a nomeação dos membros da Câmara Técnica de Equidade, Igualdade de Gênero e Mudanças Climáticas, do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática - FPMAC e dá outras providências.



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA SEMAS nº 1.319, de 22 de junho de 2022. Dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental (CCA), nomeia membros para sua composição e revoga a Portaria SEMAS nº 1.365, de 2 de setembro de 2019.

PORTARIA SEMAS nº 1.320, de 22 de junho de 2022. Dispõe sobre a Comissão Técnica Interinstitucional para a Compensação Ambiental (CTCA), nomeia membros para sua composição e revoga a Portaria SEMAS nº 1.363, de 2 de setembro de 2019.

PORTARIA CORREG/GAB nº 1.297, de 21 de junho de 2022. Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória, instaurada através da Portaria nº 0236/2022-GAB/CORREG, de 16/02/2022, publicada no DOE nº 34868 de 17/02/2022, e último ato, recondução pela Portaria nº 0902/2022-GAB/CORREG, de 10/05/2022, publicada no DOE nº 34972 de 17/05/2022, referente aos fatos de que trata o PAE nº 2021/1247280.

PORTARIA CORREG/GAB nº 1.297, de 21 de junho de 2022. Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Acusatória, instaurada através da Portaria nº 0236/2022-GAB/CORREG, de 16/02/2022, publicada no DOE nº 34868 de 17/02/2022, e último ato, recondução pela Portaria nº 0902/2022-GAB/CORREG, de 10/05/2022, publicada no DOE nº 34972 de 17/05/2022, referente aos fatos de que trata o PAE nº 2021/1247280.

PORTARIA GAB/SEMAS nº 1417/2022. Constituir Comissão de Avaliação de Desempenho, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, para coordenar o processo de execução e avaliação das metas institucionais dos servidores, referente à Gratificação de Desempenho de Gestão Ambiental – GDGA.



NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO MUNICIPAL nº 104.537, DE 20 DE JUNHO DE 2022. Institui o Programa de Regularização Incentivada (PRI), com vigência de 20 de junho a 20 de julho de 2022, e dá outras providências.

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br



**GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ**